

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.793.397 - RS (2019/0025800-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO BUZZI**  
**RECORRENTE** : MARTA SUZANA HAAG HAESER  
**ADVOGADOS** : DAISSON FLACH E OUTRO(S) - RS036768  
REGIS ELENO FONTANA - RS027389  
GABRIELA TAVARES GERHARDT BLANCK - RS068622  
PAULA SIMÕES LOPES BRUHN - RS078260  
RICARDO ZENERE FERREIRA - RS087039  
**RECORRIDO** : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL  
**PROCURADOR** : JULIANA VEIGA BIEDRZYCKI E OUTRO(S) - RS065284  
**RECORRIDO** : FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS FUNCEF  
**ADVOGADOS** : DIEGO TORRES SILVEIRA - RS055184  
LEANDRO PITREZ CASADO E OUTRO(S) - RS053911  
FRANCIELE DA SILVA SAGAS - RS105427

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por MARTA SUZANA HAAG HAESER, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado (fls. 947 e-STJ):

ADMINISTRATIVO. APOSENTADORIA COMPLEMENTAR. BASE DE CÁLCULO. CTVA. RESERVA MATEMÁTICA. PREVISÃO CONTRATUAL.

NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ATUARIAL.

A parte autora, ao aderir voluntariamente ao Novo Plano, de natureza facultativa, renunciou expressamente aos direitos previstos no regramento a que estava submetido e deu quitação plena de eventuais diferenças. Assim sendo, restou caracterizada a transação extrajudicial de direitos patrimoniais de caráter privado, na forma dos arts. 840 e 841 do Código Civil. Estando regularmente formalizada e inexistindo qualquer vício de consentimento, somente se poderia desfazer mediante comprovação de dolo, coação, ou erro essencial quanto à pessoa ou coisa controversa, nos termos do art. 849, caput, do Código Civil. Precedente da 2ª Seção.

Opostos embargos de declaração, esses foram parcialmente acolhidos nos seguintes termos:

ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. CONTRADIÇÃO. OBSCURIDADE. OMISSÃO. EXISTÊNCIA. COMPLEMENTAÇÃO DO JULGADO. PREQUESTIONAMENTO.

Os embargos de declaração constituem recurso interposto perante o magistrado ou colegiado prolator da decisão impugnada, com vistas à supressão de omissão, contradição, obscuridade ou erro material no texto que possa difivultar a exata compreensão da manifestação judicial. E mesmo quando opostos com o objetivo de prequestionar matéria a ser versada em

provável recurso extraordinário ou especial, devem atender aos pressupostos delineados no artigo 1.022 do CPC, pois não se prestam, por si só, para forçar o ingresso na instância superior, decorrendo, sua importância, justamente do conteúdo integrador da sentença ou do aresto impugnado. Com efeito, não se revelam meio hábil ao reexame da causa ou modificação do julgado no seu mérito, pois opostos quando já encerrado o ofício jurisdicional naquela instância.

Tendo em vista que a decisão hostilizada, de fato, não apreciou toda a questão necessária ao deslinde da controvérsia, os embargos devem ser providos para suprir a omissão apontada, que passam a integrar a fundamentação, com alteração do dispositivo do voto, bem como para fins de prequestionamento.

Nas razões de recurso especial (fls. 1001-1028, e-STJ), a recorrente aponta violação aos arts. 489, § 1º, inc. VI, e 1022 do NCPC e 423, 424 e 947 do CC.

Sustenta, em síntese, negativa de prestação jurisdicional e ser a CEF a responsável pela recomposição das reservas matemáticas.

Contrarrazões apresentadas às fls. 1.056-1.090 e-STJ.

É o relatório.

Decide-se.

**1.** Nos termos do entendimento firmado quando do Conflito de Competência n. 69.281/MG, DJe 02/03/2015, o julgamento de ação proposta com o intuito de discutir previdência complementar é de competência da Justiça Comum.

**No entanto**, em se tratando de hipóteses, como a vertida nos autos, em que se pretende o reconhecimento da natureza salarial da parcela CTVA e consequente reflexos em seu plano de previdência complementar, há a cumulação de pretensões de naturezas distintas: previdenciária e trabalhista.

Em casos tais, a jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que as ações que visam a inclusão da CTVA na base de cálculo das contribuições efetuadas à Funcef **são da competência da Justiça do Trabalho**.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO PROPOSTA CONTRA A CEF E A FUNCEF. PEDIDO QUE NÃO SE RESTRINGE À ANÁLISE DAS REGRAS DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR. COMPETÊNCIA, INICIALMENTE, DA JUSTIÇA DO TRABALHO. PREQUESTIONAMENTO DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL. DESCABIMENTO. RECURSO DESPROVIDO.

1. A causa de pedir da contenda tem origem na exclusão da parcela denominada CTVA do salário de contribuição do autor, fato que terá repercussão financeira em sua aposentadoria futura, mas, cuja solução não se restringe à interpretação das regras da previdência complementar. 2. Considerando que a matéria em discussão é afeta à relação de emprego estabelecida com a CEF, ainda que haja reflexos no valor dos benefícios de responsabilidade da entidade de previdência privada, a FUNCEF, aplica-se ao caso, com as devidas adaptações, o comando da Súmula 170/STJ: "Compete ao juízo onde primeiro for intentada a ação envolvendo

acumulação de pedidos, trabalhista e estatutário, decidi-la nos limites da sua jurisdição, sem prejuízo de nova causa, com pedido remanescente, no juízo próprio". Precedentes da Segunda Seção.

3. Não é admitida a utilização do agravo interno para prequestionar matéria constitucional com vistas à eventual interposição de recurso extraordinário.

4. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt nos Edcl no CC 155.053/RS, SEGUNDA SEÇÃO, Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, DJe 27/8/2018).

Igualmente, confira-se as decisões monocráticas proferidas por ministros integrantes da Segunda Seção desta Corte Superior: **REsp nº 1.795.797-PR**, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, DJe 25/10/2019; **REsp nº 1.832.772-SC**, Rel. Min. MARCO AURÉLIO BELLIZZE, DJe 24/09/2019; e **REsp nº 1.781.374-PR**, Rel. Min. RAUL ARAÚJO, DJe 30/08/2019.

2. Ademais, sobre a possibilidade/necessidade de análise da competência da Justiça do Trabalho, ainda que de ofício, veja-se:

AGRAVO INTERNO. PROCESSUAL CIVIL. QUESTÃO ACERCA DE COMPETÊNCIA ABSOLUTA. PRECLUSÃO PRO JUDICATO. INEXISTÊNCIA. DEMANDA PROPOSTA CONTRA O BANCO DO BRASIL. PORTARIA Nº 966/1947. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO.

1. Embora não seja possível às instâncias ordinárias rever eventuais decisões prolatadas no âmbito desta Corte de superposição, não preclui para o STJ o exame de questão passível de necessário exame, de ofício, por esta Corte (usurpação, pelo próprio STJ, da competência da Justiça laboral).

2. Com efeito, de acordo com a jurisprudência do STJ, estando em curso a lide, inexiste preclusão pro judicato para apreciação de competência absoluta. (REsp 1240091/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 18/10/2016, DJe 02/02/2017)

3. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar ação proposta diretamente contra o ex-empregador, sem haver pretensão formulada contra entidade de previdência privada, na hipótese em que se postula o recebimento de complementação de aposentadoria, a ser paga pelo ex-empregador e fulcrada apenas em normas internas que integram o contrato de trabalho (Portaria nº 966/1947 do Banco do Brasil S/A). (EResp 1351280/SP, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/12/2017, DJe 01/02/2018)

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1410722/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 10/04/2018, DJe 18/04/2018)

Dessa forma, face a natureza de ordem pública da matéria, impõe-se o reconhecimento, de ofício, da incompetência da Justiça Comum para o julgamento do presente processo.

3. Ante o exposto, reconhece-se de ofício a incompetência absoluta da Justiça Comum para a apreciação da presente ação e determina-se a remessa dos autos à Justiça do Trabalho para processar e julgar a presente ação, tornando sem efeito as decisões proferidas

# *Superior Tribunal de Justiça*

pelas instâncias ordinárias da Justiça Federal e determinando a remessa dos autos à Justiça Trabalhista. Prejudicado o recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator